

## Sintuperj defende terceirizados em audiência pública com senador Paulo Paim

O plenário da Alerj foi palco, na última sexta-feira, dia 29 de junho, de Audiência Pública que debateu o projeto de terceirização que está tramitando no Congresso Nacional (PLC 30/2015 do Senado Federal). O debate, que teve mais de três horas de duração, contou com a participação de autoridades públicas, especialistas na área de Direito do Trabalho, dirigentes de entidades sindicais e trabalhadores mobilizados. O Sintuperj esteve presente

em peso com sua Diretoria Executiva no evento, em comitiva composta por Jorge Luis Mattos (Gaúcho, Antônio Virgínio Fernandes e Regina de Souza (coordenadores gerais), Wilson Macedo (coordenador da pasta de Aposentados) e Loana Saldanha (coordenadora de Formação e Comunicação Sindical).

Após a abertura dos trabalhos feita pelo deputado estadual Flávio Serafini (PSOL-RJ), a condução da audiência ficou a cargo do senador Paulo Paim (PT-RS), que analisou o Projeto de Lei da terceirização e apontou seu maior objetivo: acabar com a definição existente na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de atividade-fim (objetivo final da empresa contratante no qual é empregada força de trabalho), atualmente não sendo permitida nesta a terceirização dos serviços. A derrubada da proibição de terceirização da atividade-fim causaria confusão, levando a divisão dos trabalhadores e a perda de referências na luta por seus direitos, o que consequentemente enfraqueceria também as



Senador Paulo Paim conduziu Audiência Pública sobre terceirização

entidades sindicais pela ausência de regulamentação dos trabalhadores. Paim ainda apontou outros problemas ligados à terceirização do trabalho no Brasil, que vão desde o aumento dos acidentes de trabalho (de cada cinco registros de acidentes com trabalhadores no Brasil quatro são com terceirizados) até o aumento da dificuldade de combate ao trabalho escravo ou em regimes análogos a escravidão no país (no qual 90% dos casos de resgates de trabalhadores nessas condições se deram em empresas terceirizadas). Para finalizar, o senador ressaltou que não medirá esforços para derrubar o Projeto de Lei da terceirização, além de lutar pela aprovação do PL 28, que prevê punição e mecanismos de fiscalização contra a desigualdade salarial entre homens e mulheres (de autoria do senador Jô Moraes, o PCdoB de Minas Gerais, e que está arquivado na Casa), e agradeceu os diversos apoios contra o projeto de terceirização, em especial o da Comissão de Direitos Humanos do Senado da qual é presidente, que

afirmou seu apoio incondicional contra a precarização do trabalho no país.

Após a explanação de Paulo Paim, a palavra foi passada para representantes de órgãos ligados à defesa dos direitos dos trabalhadores no Brasil. E várias dessas entidades, como Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho), Sinait (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho), OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e Fórum de Luta contra a Terceirização acrescenta-

ram novos elementos à fala do senador, apresentando dados e trazendo à reflexão dos presentes os perigos da terceirização. Em seguida, representantes de diversas centrais sindicais (CUT, CTB, NCST, Força Sindical, Intersindical, Conlutas, entre outras) apresentaram democraticamente suas bandeiras de luta contra a terceirização, mostrando que a luta pelos direitos dos trabalhadores supera quaisquer divergências de pensamento e método pela luta contra a precarização das condições de trabalho no país. E por fim, o plenário aprovou a Carta do Rio de Janeiro, documento elaborado em conjunto pelos participantes da Audiência Pública que demonstra a insatisfação contra o ataque aos direitos dos trabalhadores e ressalta a posição contrária ao Projeto de Lei da terceirização no Brasil. Confirmando sua posição em defesa dos trabalhadores em geral e em particular das universidades públicas estaduais, tanto estatutários quanto terceirizados, o Sintuperj se tornou signatário deste documento.

# Entenda o Projeto de Lei da terceirização



*Coordenadores do Sintuperj presentes na luta contra a terceirização. O sindicato é um dos signatários da Carta do Rio de Janeiro*

O Projeto de Lei da terceirização é considerado pelos trabalhadores mobilizados e líderes sindicais um enorme retrocesso nas regras e condições de trabalho no Brasil. A proposta, que é de autoria do Deputado Federal Sandro Mabel (PL-GO) e foi encaminhado em 26 de outubro de 2004 (PL 4.330/04), regula contratos de prestação de serviços e as relações de trabalho dele decorrentes, quando o prestador for sociedade empresária que contrate empregados ou subcontrate outra empresa para a execução do serviço. Após permanecer engavetada por 10 anos, a proposta foi reapresentada pelo atual presidente da Câmara dos Deputados, deputado federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ), em regime de urgência e aprovado pela casa no dia 22 de abril de 2015. Após a aprovação na Câmara, o

projeto foi encaminhado para o Senado Federal no dia 27 do mesmo mês para apreciação (PLC 30/2015). Atualmente, o mesmo se encontra sob análise da Comissão de Direitos Humanos do Senado, com relatoria do Senador Paulo Paim (PT-RS), que aproveitou a oportunidade para socializar o debate sobre o tema com trabalhadores de várias Estados da Nação.

De acordo com a análise das entidades ligadas aos trabalhadores, a aprovação do Projeto de Lei que regulamenta a terceirização no Brasil irá precarizar ainda mais as relações de trabalho, aumentando a massa de trabalhadores terceirizados no mercado e, consequentemente, reduzindo o número de protegidos pela CLT, principal garantia de direitos dos trabalhadores brasileiros no setor privado. Além disso, vários traba-

lhadores do setor público que são vinculados à administração pública pelo regime estatutário também terão seus postos de trabalho ameaçados, pois a regulamentação da terceirização abriria caminho para a contratação de serviços terceirizados em detrimento dos concursos públicos para a admissão de trabalhadores na esfera pública.

Atualmente, os terceirizados têm jornadas de trabalho cerca de 7% maiores do que os contratados de forma direta e recebem salários em média 25% inferiores.

\* Com informações do site do senador Paulo Paim

<http://www.senadorpaim.com.br/verImprensa.php?id=5630-audiencia-publica-no-alerj-debate-pl-da-terceirizacao>

**Internet:** [www.sintuperj.org.br/](http://www.sintuperj.org.br/) [sintuperjsindicato@gmail.com](mailto:sintuperjsindicato@gmail.com) • **Delegacia HUPE:** (21) 2868-8486 • **Coordenação de Comunicação:** Carlos Alberto Silveira, Loana Pessanha e Paulo César Paes Fernandes • **Conselho Editorial:** Jorge Luis Mattos, Antônio Virgínio Fernandes, Carlos Alberto Silveira, Loana Saldanha e Regina de Fátima Souza • **Jornalistas:** Atilas Campos e Diedro Barros • **Fotos:** Atilas Campos, Diedro Barros e Samuel Tosta • **Programação Visual:** Daniel Costa e Diedro Barros • **Diagramação:** Diedro Barros • **Tiragem:** 1.000 exemplares